

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO-CFT**REQUERIMENTO Nº DE 2016**

Requer a realização de Audiência Pública destinada ao debate sobre o *“Imposto sobre Movimentação Financeira- IMF”*.

Senhor Presidente,

Requer a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a realização de Audiência Pública destinada a discutir o tema *“Imposto sobre Movimentação Financeira- IMF”*.

Para compor a mesa dos debates, indicamos os nomes dos seguintes palestrantes:

1- NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO- Ministro de Estado da Fazenda;

2- PAULO MENEGETI- Secretário de Fazenda de Estado do Distrito Federal;

3- JORGE ANTONIO DEHER RACHID- Secretário da Receita Federal;

4- FABRÍCIO DA SOLLER- Procurador Geral da Fazenda Nacional;

5- PAOLA AIRES CORRÊA LIMA – Procuradora-Geral do Distrito Federal;

6- CARLOS ROBERTO PAIVA DA SILVA- Especialista em Orçamento e Políticas Públicas e **NEWTON MARQUES-** Economista- BACEN (autores do estudo em referência);

7- ADELMIR SANTANA- Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal - FECOMÉRCIO;

8- ÁLVARO SILVEIRA JÚNIOR- Presidente da Câmara de Diligentes Lojistas do Distrito Federal- CDL;

9- JAMAL JORGE BITTAR- Presidente da Federação das Indústrias de Brasília- FIBRA;

10- ROBERTO KUPSKI- Presidente da Federação das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais- FEBRAFITE;

11- JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO- Presidente do Conselho Federal de Contabilidade;

12- CLEBER ROBERTO PIRES- Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal- ACDF;

13- LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA- Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal- SINDISCON/DF;

14- LUÍS AFONSO BERMUDEZ- Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE/DF;

15- ROBERTO GÔMIDE CASTANHEIRA- Presidente do Sindicato do Comércio Atacadista do Distrito Federal;

16- OSÓRIO ADRIANO- Presidente do Grupo Brasal;

17-PAULO EDGLER- Coordenador do Projeto “Brasília 2060”;

18- JULIANO COSTA- Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil- Seccional/DF.

JUSTIFICAÇÃO

À luz do estudo do IPEA, intitulado “*Movimentação Financeira: a base sólida para incidência de um imposto socialmente justo*”, da lavra dos Srs. Carlos Roberto Paiva da Silva e Newton Marques, destaca-se a necessidade da modernização do Sistema Tributário nacional, cuja “responsabilidade é do governo federal que tem a obrigação de apresentar à sociedade brasileira uma proposta de reforma tributária que simplifique o processo de arrecadação atual, possibilite o aumento desta, combata a sonegação com a redução de impostos e justiça social.”

Cremos que o Sistema Tributário Nacional deve se escudar nos pilares do Imposto sobre Movimentação Financeira (IMF), do Ajuste Anual de Renda (AAR) e do Imposto sobre Produtos Importados (II).

Assim, considerando que o resultado do estudo em tela traça comparações do nosso sistema tributário com o de outros países, justifica-se a necessidade de Audiência Pública, afim de discutir com a sociedade brasileira o melhor Sistema Tributário Nacional que queremos e possibilite com a implantação do mesmo no Brasil, se for o caso, um Sistema Tributário Nacional mais justo, fiscal e socialmente.

Deste modo esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, em de maio de 2016.

Deputado IZALCI
PSDB/DF